

Economia-Brasil Fazenda quer superávit maior já em 2004

Idéia é juro menor e política anticíclica: para este ano, discute-se saldo de até 5% do PIB

FERNANDO DANTAS

RIO – O governo está considerando a possibilidade de elevar o superávit fiscal primário (exclui juros) ainda em 2004 e introduzir o chamado superávit primário contracíclico. A meta de superávit primário para 2004 é de 4,25% do PIB. De janeiro a julho deste ano, o superávit primário foi de 5,6% do PIB (deste período do ano).

Para o Ministério da Fazenda, que defende as mudanças, elas criariam um ambiente propício a taxas de juros mais baixas e menor inflação. A redução das despesas do governo reduziria a demanda por bens e produtos, freando a inflação e diminuindo a necessidade de os juros altos cumprirem o mesmo papel.

“Há dois meses, não havia essa discussão, mas agora há uma conversa entre ministros, e o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) já sabe; não é uma conversa organizada, mas é suficiente nesse ponto, e a sociedade também está discutindo”, diz uma fonte do governo, acrescentando que já houve menções a superávit primário em 2004 na faixa de 5% do PIB.

Com a política fiscal contracíclica, um sistema que já existe em países como o Chile, o superávit primário sobe quando a economia está em forte crescimento e diminui quando entra em recessão. A idéia é aproveitar os momentos de alta da arrecadação para engordar o superávit primário de forma a poder diminuí-lo em recessões sem comprometer a responsabilidade fiscal e o objetivo de redução paulatina da relação entre a dívida pública e o PIB.

Uma das vantagens de poder reduzir a meta de superávit primário quando a economia passa por fases de baixo crescimento é que não é preciso fazer cortes de despesa quando a arrecadação cai. E, nesse caso, a manutenção do nível de gastos é mais estimulante à recuperação da economia do que o corte de gastos que seria necessário para manter o superávit primário constante.

Um roteiro provável, caso a vontade da Fazenda prevaleça, seria aumentar a meta de superávit primário para 2004 e, simultaneamente, anunciar a intenção de introduzir a política fiscal contracíclica. Essa segunda etapa necessária, naturalmente, de mais estudos e, talvez, só pudesse ser introduzida em 2005.

Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, dado o aumento de arrecadação este ano acima do esperado, seria possível chegar em 2004 a um superávit primário de 4,8% do PIB, “se o governo fizer uma contenção hercúlea de despesas”. Ele observa que, com o crescimento da arrecadação superior ao crescimento do PIB, basta o governo manter as despesas constantes (ou aumentá-las menos que o crescimento do PIB) para aumentar o superávit. Mas isso não é tão fácil, pois muitas despesas são predeterminadas e acompanham o aumento da arrecadação.

O superávit primário até julho, bem acima da meta de 4,25%, em princípio tende a se repetir todos os anos, já que no segundo semestre ele sempre costuma cair. Ainda assim, o desempenho em 2004, com 5,6% no primeiro semestre, supera o de 2003, que teve superávit primário de 5,2% nos primeiros seis meses.

Velloso prefere usar a comparação entre o superávit acumulado em doze meses nos di-

ferentes períodos. Ele observa que o governo saltou de um superávit em 12 meses de 3,93% do PIB, até fevereiro deste ano, para 4,65%, até julho. Nos 12 meses até julho de 2003, o governo acumulou um superávit de 4,44%. Nesse sentido, em 2004 o desempenho está 0,2% do PIB acima do realizado em 2003. Velloso consi-

dera que é um resultado expressivo. Para ele, “o Palocci aumentou o superávit discretamente, esvaziando o minichoque externo do primeiro semestre”.

Na sexta-feira, em uma reunião no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Rio de Janeiro, Ilan Goldfajn, ex-diretor do Banco Cen-

tral, defendeu o aumento do superávit primário e a introdução do sistema contracíclico. “Quem não gosta que o juro suba faça o favor de insistir no aumento do superávit primário”, ele diz.

“Se o governo, de fato, está planejando essa decisão no plano fiscal, seria espetacular”, diz Paulo Leme, diretor de

Mercados Emergentes do Goldman Sachs. Ele se refere ao aumento do superávit primário em 2004. Quanto à política fiscal contracíclica, Leme teme uma eventual redução em momentos de recessão. Como as últimas desacelerações do Brasil têm vindo na esteira de choques externos, que levam à alta do dólar e dos juros, au-

mentando o risco da dívida pública, ele observa que reduzir o superávit neste momento pode não ser factível.

Já Goldfajn acha que o fato de os investidores saberem que o superávit crescerá na recuperação fará com que não se sintam nervosos com uma redução bem calibrada durante uma recessão.